

A ESTIMULAÇÃO PRECOCE: REFLEXÕES SOBRE O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS SURDAS

OLIVEIRA, Jucélia Brasil Gomes de. Professora especialista em Educação Inclusiva, funcionária pública da rede estadual de ensino, membro do Grupo de Pesquisa em Inclusão Educacional da Universidade Federal de Sergipe.

Resumo:

A linguagem como fenômeno produzido pela vida, exerce, a partir das trocas de experiências, um papel fundamental no processo de desenvolvimento da criança. A aprendizagem de LIBRAS possibilita às crianças surdas, maior rapidez e naturalidade na exposição de seus sentimentos, desejos e necessidades. Possibilita a estruturação do pensamento e da cognição, a interação social, e conseqüentemente, o desenvolvimento da linguagem, essencial na aprendizagem de uma língua. Nesta pesquisa, constituída a partir da análise de documentos, observações e levantamento de dados, discutiremos a necessidade de a criança surda ser contemplada com o serviço de Estimulação Precoce, pois entendermos o referido serviço como determinante para o bom andamento do seu processo de aprendizagem.

Palavras chave:

Estimulação Precoce, família, inclusão.

Abstract:

Language as a phenomenon produced by life, from exchanges of experience, plays a fundamental role in development of the child. Learning POUNDS enables children who are deaf, faster and natural exposure in their feelings, desires and needs. Enables the structuring of thought and cognition, social interaction, and consequently, language development, essential in learning a language. In this research, formed from the document analysis, observations and survey data, discuss the need for the deaf child to be awarded the Early Stimulation service because we understand that service is as crucial to the smooth progress of your learning process

Keywords:

Early Stimulation, family inclusion

Introdução

A **LIBRAS**, ou Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna dos surdos brasileiros e sua modalidade é gestual-visual. Como língua, é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental lingüístico de poder e força, o que desmistifica a crença de que a língua de sinais seria uma comunicação universal que funciona como um código simplificado e transmitido aos surdos de forma geral, onde todos os surdos: japoneses, chineses, americanos, portugueses... “falassem” a mesma língua. Embora a Libras tenha sido reconhecida nacionalmente como língua oficial das comunidades surdas brasileiras há aproximadamente oito anos, através da Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, os estudos, ou melhor, seu reconhecimento lingüístico tem marca nos estudos descritivos do lingüista americano William Stokoe em 1960, e foi na década de 1960 que as línguas de sinais começaram a ser estudadas e analisadas, passando então a ocupar um status de língua. Trata-se de uma língua viva e autônoma, reconhecida pela lingüística.

Ainda assim, é comum nos depararmos com profissionais da área de educação: professores, diretores, gestores de maneira geral, que ainda fomentam a dúvida se a LIBRAS seria realmente uma língua. Tal questionamento demonstra quão grande é a desinformação, por que não dizer, desinteresse acerca de algo tão importante no processo de aprendizagem dos surdos, que é o reconhecimento, o conhecimento, o respeito e a valorização de sua língua. Vivemos o discurso da **inclusão** e da **política nacional/mundial de inclusão educacional/social**, e uma preocupação que temos em relação à política educacional vigente, é que esta nega aos pais o direito de escolha, quando não permite ou não dá opções para decidir que tipo de educação acredita ser melhor para seu filho (inclusiva ou especial). Comungamos a idéia de uma sociedade para todos, em 1995, na Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social e no Programa de Ação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, a ONU afirma que:

“Sociedade inclusiva precisa ser baseada no respeito de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, diversidade cultural e religiosa, justiça social e as necessidades especiais de grupos vulneráveis e marginalizados, participação democrática e a vigência do direito”. (1995)

Um aspecto importante a respeito da aquisição da linguagem humana é que todo ser humano, no convívio de uma comunidade lingüística, fala uma língua, a sua língua materna, aprendida com rapidez até os cinco anos de idade. As crianças aprendem a falar como aprendem a andar, naturalmente. Assim deveria ser a aprendizagem do surdo, no entanto, a maioria dos pais de crianças surdas não sabe LIBRAS, quando conseguem, estabelecem uma comunicação precária baseada em mímicas. Diante dessa realidade, como pensamos a aprendizagem de uma segunda língua por parte dessa criança, se esta sequer sabe que tem uma língua “materna”? Que referencial linguístico e subsídio teriam essa criança, capaz de facilitar e promover a aquisição de outra língua?

O questionamento que fazemos é: Por que não ensinar primeiro, esta criança a se comunicar utilizando a linguagem própria da LIBRAS, que é sua língua materna ou primeira língua, base para a aquisição de outras línguas, e só depois, utilizar uma metodologia apropriada para ensino da LIBRAS, enquanto língua e do Português como segunda língua?

Em que o surdo é deficiente?

A educação dos surdos vem sendo repensada a partir do reconhecimento da Língua de Sinais e da mudança de postura frente à surdez. Estudos e tendências educacionais contemporâneas nos levam a discutir se o surdo pode mesmo ser visto ou considerado um deficiente? Ele seria deficiente em que? O modelo educacional que almejava transformar surdos em “ouvintes”, numa perspectiva que considerava incompetente ou pessoa com limitação mental, o indivíduo que não conseguisse esse feito, faz parte de um passado não tão distante, e apenas alguns de seus vestígios ainda resistem à ação do tempo. A pessoa surda, em geral, não é mais vista como um ineficiente, mas como um sujeito eficiente, inteligente, que pode se desenvolver plenamente e que para isso apenas usa outra língua, outro canal para se comunicar e aprender. Os discursos de que os educandos surdos seriam agressivos, desinteressados, impacientes, intolerantes e até agressivos, só justificam o despreparo e o preconceito que ainda existe por uma grande parte dos profissionais da educação, visto que, as situações antes elencadas, são comuns a vários estudantes do ensino regular espalhados pelo Brasil e pelo mundo, não apenas aos surdos.

Esses e outros rótulos tão conhecidos por nós educadores (anormais, excepcionais, portadores de deficiência...) são um entrave no processo de inclusão social e educacional a pessoa surda, impede que este se desenvolva como um sujeito, como integrante legítimo de uma sociedade que não contempla a igualdade, uma sociedade de indivíduos diferentes. Esta é uma questão que vai além das nomenclaturas ou rótulos, é uma questão político-ideológico, social, atrelada a concepções e práticas de um passado que privilegiava a segregação em detrimento a inclusão. Essa segregação está intimamente ligada a “rótulos de inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas no vínculo social – ou seja: a exclusão social...” (Wanderley, 2001)

Questionar modelos, quebrar paradigmas, rever posicionamentos é pensar e considerar a diferença como uma oportunidade de vivenciar uma nova prática educacional, de reestruturar conceitos, de reformular-se enquanto educador.

Assim, entendemos a limitação que a sociedade impõe ao surdo muito mais cruel do que a limitação sensorial que estes apresentam.

Como afirma Bueno:

"- O fracasso escolar que se abateu sobre os surdos reflete, de forma peculiar, um processo de dominação não dos "ouvintes" sobre os que não ouvem, mas de grupos dominantes, tanto do ponto de vista econômico, como do social e cultural, sobre as camadas desprivilegiadas da população." (1999)

Mas que caminhos podem ser traçados a fim de sanar ou ao menos amenizar essa realidade tão dura e verdadeira que acompanha a educação do surdo há séculos?

Entendemos a inclusão social e educacional como uma realidade bem vinda e necessária, no entanto acreditamos que sua efetivação, está atrelada a questões, que possam viabilizá-la de fato: O atendimento precoce da criança surda, o contato com adultos surdos fluentes na LIBRAS, a participação efetiva da família, ainda que seja somente a mãe, as intervenções do fonoaudiólogo e o uso de aparelhos auditivos, são condições indispensáveis para que haja, de fato, avanços cognitivos por parte da criança surda, capazes de favorecer a aprendizagem da segunda língua, o Português. Entendemos que uma pessoa que tenha garantido o direito de aprender sua língua, viver sua cultura e conviver com o respeito a essas particularidades em sua casa, no ambiente escolar, nos espaços culturais, nos órgãos públicos... será um cidadão, e por

conseqüência um sujeito, capaz de construir sua história de vida com autonomia e muito mais chances de sucesso.

- **Atendimento Precoce**

A estimulação precoce, com sua natureza preventiva, tem por objetivo ações suficientemente antecipada, tendentes a evitar, atenuar ou mesmo compensar atrasos provenientes de uma deficiência ou dificuldade que a criança possa ter, diminuindo suas conseqüências. De acordo com o MEC (1995), estimulação precoce pode ser definida como: "Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadoras, que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo".

Assim, devemos refletir sobre o tipo de atendimento e orientação prestado ao surdo e à sua família; analisar os espaços (creches e escolas de Ed. Infantil) para onde essas crianças estão sendo encaminhadas e os profissionais que as atenderão.

A dinâmica social, não suporta mais oposições à inclusão e esta não é nossa posição diante da questão, ao contrário, apenas entendemos que, para que tenhamos o prazer de vivenciá-la de fato, um longo e viável caminho deve ser percorrido até que aos surdos sejam dadas oportunidades compatíveis às dos ouvintes, no tocante a aquisição da linguagem e da língua, que subsidiarão toda sua vida acadêmica e profissional. Por estas razões, entendemos que a criança surda necessita desse apoio inicial: uma equipe multidisciplinar formada por professor de estimulação inicial, professor/adulto surdo (fluyente em LIBRAS) psicólogo e fonoaudiólogo, proporcionando, desde cedo, estímulos e oportunidades reais de aprendizagem, a partir do fortalecimento de sua língua e cultura, certamente fariam desse sujeito, em situação de deficiência, um educando com muito mais chances de aprender e tornar-se competitivo, principalmente por terem sido atenuadas as dificuldades próprias de qualquer educando que tenha que aprender outra língua que não seja a sua.

Como ocorre com as crianças ouvintes, o ideal é que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas, as insiram no funcionamento desta língua. A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os seus usuários. É ela que vai propiciar aos surdos “falar”, discutir e aprender a segunda língua. Depois de

adquirida, a língua de sinais será ensinada aos alunos como uma disciplina, assim como acontece com o português para ouvintes. “A matéria inclui não apenas prática no uso da língua em diferentes situações e com diferentes propósitos, mas também conhecimento sobre a língua e sua estrutura, sua história e seu uso”. (Svartholm, 1997).

Assim, entendemos que o trabalho de Intervenção Precoce se faz necessário desde o início do diagnóstico, uma vez que ele busca integrar através de um trabalho multidisciplinar as intervenções pedagógicas, médicas e fonoaudiológicas às crianças surdas, com as possíveis intervenções do ponto de vista emocional aos pais, que geralmente são lançados num mundo novo e desconhecido, com novas e complicadas questões a serem enfrentadas e precisam de ajuda para poderem ajudar seus filhos.

Uma criança, ao nascer, ao longo de seus primeiros meses, ainda não é capaz de entender o mundo que a rodeia, depende totalmente da mãe para compreender e ser compreendido. A mãe é o elo entre seu filho e o mundo, através do olhar, da maneira como segura e amamenta esta criança, busca confortá-lo e até entender o motivo que a leva a chorar. A mãe, em sua mente adulta, vai estabelecendo um significado às necessidades do bebê, ao tempo em que auxilia essa criança a fazer o mesmo enquanto vivencia as emoções de um mundo tão novo e misterioso. Quando um bebê surdo chora, a voz da mãe não chega ao seu bebê para tranquilizá-lo, acalmá-lo e marcar a sua presença, ele precisa ver a mãe para saber que ela está perto e é a repetição dessas experiências, que possibilitam o desenvolvimento da capacidade de pensar numa criança, daí a importância da relação mãe-bebê. Quando uma criança é “abandonada” ao seu próprio entendimento e é obrigada a dar significados às suas vivências; seja por terem pais que descobrem tardiamente a surdez em seu bebê, seja por serem estes pais que desconhecem a LIBRAS, ou mesmo por não aceitarem a surdez de seu filho, as perdas emocionais, cognitivas e psicomotoras dessa criança são imensas e marcantes por toda a vida.

O trabalho de Intervenção Precoce consiste em, seguindo regularmente o desenvolvimento psico-afetivo-social deste bebê, junto à sua família, oferecerem suporte para um melhor desenvolvimento do bebê/criança. Acreditamos que a intervenção precoce pode ajudar os pais a descobrir quem é seu filho, enxergar suas possibilidades, acreditar, almejar e lutar por um futuro melhor para essa pessoa, que como todo cidadão, deve ter garantido seus direitos.

O primeiro aspecto a ser lembrado, no trabalho de Estimulação Precoce, é que a criança surda, em seus primeiros meses de vida é um bebê com necessidades específicas, e a

ausência da audição vai interferir na aquisição da linguagem, na maneira de conhecer e reconhecer o mundo. Quando a família, ao descobrir que a criança é surda, diminui ou abandona o uso da linguagem/fala e todos caem num silêncio duradouro, geralmente rompido com ingresso dessa criança na escola, perdas irrecuperáveis acontecem que só dificultará o trabalho futuro do fonoaudiólogo e dos professores.

Atitudes de grande desalento, decepção e “luto” em relação à criança deficiente auditiva, associada a práticas de super proteção, são comuns, embora não colaborem em nada com o desenvolvimento dessa criança. O trabalho do psicólogo frente às angústias e dúvidas da família, principalmente da mãe, consiste num eficiente caminho, um grande colaborador para o desenvolvimento sócio-afetivo da criança e da família, além de auxiliar o trabalho educacional, também precoce, permitindo maior desenvolvimento, e melhores condições para adquirir uma comunicação, favorecendo sua inserção de fato na sociedade ainda na infância, durante a educação infantil.

Para o sócio-interacionista Vygotsky:

“A surdez representa a falta de uma importante via para a formação de vínculos com a sociedade. Essa falta traz implicações para o processo de adaptação e educação da criança surda. Ao aprender a língua de sinais, a sua conduta, poderá ser comparada a de uma criança ouvinte. A particularidade desse processo de desenvolvimento reside na substituição da via oral pela visual”. (1997)

Com base nesta afirmativa podemos dimensionar quão importante é, para a criança surda, aprender sua língua e estabelecer uma comunicação com o mundo que a cerca, a começar pela sua casa/família. Aprender a língua de sinais consiste num fator determinante para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da pessoa surda, sendo assim, porque retardar esse processo, até que esta seja inserida, aos quatro ou cinco anos de idade, numa turma de educação infantil? Porque favorecer, tardiamente a aprendizagem de sua língua, se, ao ser inserido na escola, todos os seus colegas ouvintes, no mínimo já domina a linguagem oral-auditiva?

O atendimento da criança de zero a dois anos deverá ser individual, orientado pelo professor especializado (preferencialmente surdo), pelo psicólogo e pelo fonoaudiólogo, com participação direta dos pais. Participando das sessões de atendimento ao bebê com deficiência auditiva ou com surdez, os pais aprenderão a estimulá-lo convenientemente,

em casa e todo o desenvolvimento do bebê deverá ser registrado pelos profissionais que o acompanha e, sempre que possível também pelos pais, seja por meio de relatórios, questionários, ou mesmo entrevistas.

A partir dos dois anos de idade, a criança busca conhecer o mundo, tornando-se cada vez mais consciente de si como pessoa no convívio com outras crianças e adultos. A tentativa de fazer sinais, às vezes sem a direção correta, as expressões faciais, as configurações de mão equivocadas, devem ser valorizadas pelos pais e profissionais e entendido não como “erro”, e sim como tentativas de acerto. Afinal, quando os ouvintes estão aprendendo a falar, o que mais ouvimos são palavras pronunciadas “erradamente” e, que de tão “bonitinhas”, são incentivadas pelos pais. É importante salientar que a partir de dois anos, além do atendimento individual é aconselhável o trabalho em pequenos grupos de duas ou três crianças, com o objetivo de obter melhor rendimento, por meio da estimulação do grupo, a fim de atingir padrões de desenvolvimento compatíveis com as possibilidades individuais, adequados, sempre que possível, à faixa etária de cada criança. Além disso, o atendimento de estimulação precoce deverá envolver as áreas sensório-motora, cognitiva e afetiva e enfatizar a estimulação auditiva e lingüística, em programas elaborados segundo as necessidades individuais de cada criança. (Carvalho, 1998).

- **Participação ativa da família.**

“A grande arte da família é manter-se família” (Parolin, 2005). Assim, entendemos que a família, possuindo ou não uma pessoa surda, exerce, ou melhor, deve exercer um papel muito importante na formação da personalidade, no comportamento e desenvolvimento moral, social, cognitivo e cultural de seus componentes. A qualidade das interações é que sustentam o fenômeno da família, melhor dizendo, independente de sua composição e diferenças, a promoção do desenvolvimento, do crescimento e as mudanças devem acontecer.

A vida da maioria dos pais costuma mudar bastante após o diagnóstico de surdez de um filho e muito dos primeiros anos são dedicados a aprender a lidar com a nova situação. Os pais que nunca tiveram acesso ao problema da surdez ficam preocupados e aflitos apenas com o "ouvir" da criança, deixando muitas vezes de olhar para suas reais possibilidades e potencial, o que pode vir a comprometer e impedir não somente a

construção de uma linguagem, mas também seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

A preocupação da família em relação ao seu filho surdo está, na maioria dos casos, atrelada à expectativa da aprendizagem da linguagem oral, por parte deste, como um pré-requisito indispensável à sua inserção na sociedade. Sabemos o quanto é importante um surdo oralizado numa sociedade de ouvintes, de fato a comunicação, a utilização da fala e da leitura labial em algumas situações é de fundamental importância para autonomia do indivíduo surdo num mundo de maioria ouvinte. No entanto, associar a aprendizagem da língua oral por parte de um surdo, como único condicionante à inserção deste na sociedade é voltar no tempo há época em que ORALISMO¹ seria o único caminho para a inserção social, seria negar ao surdo o direito de ter cultura e identidade próprias.

O fato é que o impacto causado pela descoberta da surdez de um filho altera a dinâmica familiar, desestrutura o ambiente, afloram sentimentos de culpa, vergonha, medo, insegurança e até mesmo de preconceito. Por isso, acreditamos que esta família, precisa de ajuda e orientação a fim de que possa unida, criar um ambiente favorável ao desenvolvimento global da sua criança. Os familiares devem estar sempre atentos para a necessidade de conversar e de informar ao filho surdo aquilo que a criança ouvinte pode aprender, informalmente, ouvindo seus pais conversando, assistindo televisão, ou por meio de outros informantes. A aprendizagem, sendo um processo dinâmico e constante na vida de um indivíduo, acontece em todos os momentos da vida, especialmente durante a infância e, para que haja de fato aprendizagem e desenvolvimento, no caso da criança surda, todas essas situações devem estar associadas à língua de sinais.

O desafio da família, diante do apoio recebido através da Estimulação Precoce, consiste em criar uma dinâmica que contribua efetivamente a aprendizagem de seu filho, a ponto de oferecer subsídios importantes à formação e desenvolvimento dessa criança, a partir da convivência e aprendizagem, das trocas de experiências com outras mães e com os profissionais que trabalham com seu filho.

1. ORALISMO: Método oral fundado pelo alemão Heinicke. Na visão oralista só através da fala o indivíduo poderia ter seu desenvolvimento pleno e uma perfeita integração social, pois o pensamento só seria possível através da linguagem.

Assim, entendemos que:

“ a educação é elemento construtivo da pessoa e (...) deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (Plano Nacional de Educação, 2000).

Nas escolas especiais, a criança surda tem a possibilidade de conviver com pessoas da comunidade surda, de entender e se vê como indivíduo surdo, dotado de inteligência, personalidade e cultura próprias, perceber que ele, como a maioria das pessoas (ouvintes), também “lê com os olhos e escreve com as mãos”. É muito importante o contato inicial da criança e sua família, nesse ambiente, a fim de fortalecer o sentimento de cidadania e autonomia cultural tão importante no processo de formação do indivíduo surdo.

Nas escolas de ensino regular a criança inserida junto às crianças da comunidade ouvinte, poderá partilhar de experiências e se socializar, aprender com o diferente. Mas, para isso acontecer, de fato e de direito, esse educando não precisaria conhecer e saber utilizar sua língua/linguagem a fim de estabelecer uma comunicação? Em que ajudaria o intérprete, na sala de uma criança surda que não sabe ou entende o que está sendo interpretado? Ao indivíduo surdo, inserido numa escola regular, é garantido o direito a um intérprete, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a viabilização de outros apoios necessários à sua aprendizagem. Entretanto, antes de tudo, deve ser garantido a esse indivíduo, ainda na primeira infância, o direito de aprender sua própria língua. O papel dos pais, no processo educacional de seu filho, é o de possibilitar segurança para que este adquira autoconfiança, vida independente, e, aceitando a orientação dos pais e profissionais que o acompanham, percebam-se como pessoas importantes e capazes de realizar seus projetos de vida.

O papel da família é muito importante e necessário no desenvolvimento global da criança. Cuidar e orientar as crianças surdas visando o exercício da cidadania, num mundo em transformação, ensinar seus filhos a entender e seguir regras sob as quais o mundo é organizado, auxiliando-os a perceberem e compreenderem as situações que ocorrem no universo e no ambiente que freqüentam, adquirindo maior segurança e autonomia para encarar os desafios, acreditando na sua capacidade e recursos pessoais,

na medida em que vão sendo acrescidos novos desafios, novos conhecimentos aos quais terão que se apropriar para desenvolver sua capacidade individual, a ponto de poder tomar suas próprias decisões e ser de fato e de direito, um cidadão, consiste no papel da família, que deve ser o grupo mais interessado na superação de obstáculos, no desenvolvimento, felicidade e destino de seus filhos.

- **Princípios da Inclusão social**

Ao analisarmos e pensarmos na inclusão entendemos que a condição primordial para que haja, verdadeiramente, uma “Sociedade Inclusiva”, perpassa pela inclusão na escola, no trabalho, no lazer e no desporto, na cultura, nos serviços de saúde, assistência social, previdência pública, entre outros, ou seja, a integração das ações dos órgãos e das entidades, públicas e privadas, é que torna possível a inclusão social.

Observa-se no decorrer da história da humanidade, a visão fragmentada do ser humano, que se revestiu de certa hostilidade e comportamento irracional, na medida em que se padronizou um modelo de “homem”, onde em alguns momentos o corpo era mais valorizado e em outros a inteligência. No que concerne à pessoa com deficiência, não foi diferente. Foram compreendidas de acordo com o momento histórico vivido pela humanidade. (Batista, 2004)

Em 1990, a Resolução 45/90 da Organização das Nações Unidas - ONU destaca uma Sociedade para Todos, sem modelo de homem em respeito à DIVERSIDADE, e coloca o ano 2010 como sendo o limite para que as mudanças necessárias ocorram, assim, hoje deveríamos estar vivendo:

- ***A aceitação das diferenças individuais***, vendo-as como atributos que implicam em maneiras diferentes de se fazer as coisas, necessitando, muitas vezes de tecnologias específicas e apoios especiais;
- ***A valorização da diversidade humana***, pois a sociedade se beneficia com o fato de ser composta por uma tão variada gama de grupos humanos. A sociedade precisa da contribuição única que pessoas e grupo de pessoas podem dar para o enriquecimento da qualidade de vida de todos;
- ***O destaque e importância do pertencer***, do conviver, da cooperação, da contribuição que gerarão vidas comunitárias mais justas, pois ninguém pode ser obrigado a comprovar sua capacidade para fazer parte da sociedade.

Pertencer a uma sociedade que **aceita a diferença**, a partir da **valorização da diversidade**, se constitui no maior desafio da sociedade contemporânea. Seria utópico imaginá-la de fato, mas seria próprio do “humano educado” acreditar ser possível ao fazer sua parte, transformar e contagiar as pessoas que os rodeiam, no seu “pedacinho” de mundo.

Cada ser humano é único e carrega consigo particularidades em todas as instâncias de seu desenvolvimento: é único no agir, no pensar, no falar, no sentir, no reagir, no aprender. Ser diferente faz parte da essência humana, sendo assim, a todos deve ser dado esse direito e disponibilizado programas e ações capazes de favorecer sua inserção e permanência na sociedade, como um cidadão que participa efetivamente dos movimentos e decisões, da construção histórica da sociedade que vive.

Na educação, pode-se dizer que uma série de diretrizes, leis e orientações, tanto nacionais quanto internacionais, regulamentam e dão sustentação à inclusão. Um dos documentos mais conhecidos internacionalmente é a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Necessidades Básicas de Aprendizagem (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). No contexto nacional, podemos destacar, entre outras, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007). Analisando com um pouco mais de atenção e senso crítico a educação contemporânea, entendemos que a inclusão educacional, enquanto processo, para que possa ser efetivada, precisa ter como sustentação, o princípio do direito e da liberdade a fim de não estar fadada ao fracasso, a tornar-se mais uma falácia meio a tantas já conhecidas do sistema educacional do nosso país. As leis existem para serem cumpridas e não questionadas ou desobedecidas, existem para dar sustentação legal a um processo que deve ser reconhecido por toda sociedade como correto, relevante e promotor do bem-estar da população. Os decretos, leis, portarias e demais componentes legais que regulamentam a educação inclusiva, orientam e dão diretrizes de como esse processo deve ocorrer, cabe ao poder público, em comunhão com os demais serviços essenciais, principalmente a saúde e a ação social, se organizar, planejar, e aplicar correta e humanamente os recursos públicos.

- **Considerações finais**

Desde cedo, os bebês devem ser estimulados pelos pais. Estabelecer uma comunicação com o filho surdo, na mesma proporção em que fazem com seus filhos ouvintes, caso os

tenha, é primordial para uma aprendizagem dentro dos “padrões normais”, significativa e capaz de edificar o conhecimento. A criança tem o direito de ser entendida e atendida nos seus anseios e necessidades através da comunicação firmada em casa. Participar da dinâmica familiar, entender as regras e normas da casa e da sociedade, são apenas alguns exemplos do que a família, enquanto facilitador do processo de desenvolvimento e da comunicação do surdo, pode favorecer.

Para que haja, efetivamente a comunicação e o desenvolvimento lingüístico de uma criança surda, seus pais precisam dispor de condições cognitivas e emocionais para utilizar a língua de sinais como recurso lingüístico. A intervenção precoce para o surdo o ajudará a perceber que não está sozinho no seu “silêncio”, que existem outros meios de comunicação, que é possível viver e conviver com as diferenças sem que estas sejam entaves, traz segurança e favorece a autonomia, torna-o cidadão pelo imensurável fato dele ter identidade cultural e lingüística.

Dessa forma, deve-se ressaltar que promover a inclusão do surdo, não significa, apenas, permitir que este tenha acesso ao espaço físico escolar, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão (Curry, 1999), ou seja, garantir-lhe o contato e a aprendizagem da LIBRAS antes de iniciar seu processo de alfabetização. É assim que entendemos educação inclusiva: uma proposta desafiadora que exige muito mais que o discurso da igualdade de condições, exige ações concretas e eficazes, a partir de uma dinâmica educacional que contemple e respeite a diversidade, a diferença e suas necessidades específicas.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Cristina Abranches Mota. *Inclusão: construção na diversidade*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Diversidade, deficiência e Educação*. Revista Espaço. Rio de Janeiro: INES. nº12 (pp. 3-12), julho/dezembro, 1999.

BRITO, L.F. *Integração Social & Educação de Surdos*. Babel Editora. Rio de Janeiro, 1993.

CARVALHO, R. E. *A LDB e a educação especial*; Revista Espaço, INES, nº 9, junho, 1998.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceito em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo. Parábola Editorial, 2009.

LIMA, Sandra Vaz de. *Um novo olhar sobre a educação dos surdos no Ensino Regular*. Disponível em < WWW.webartigos.com > Acesso em maio de 2010.

QUADROS, Ronice Muller. *Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações*. Caderno CEDES v.26 nº69, Campinas maio/agosto 2006. Disponível em < WWW.caderno@cedes.unicamp.br > Acesso em junho de 2010.

WANDERLEY, M. *Refletindo sobre a noção e exclusão*. In. SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, Leiv Semiónovitch. *Obras escogidas*. Madrid: Visos, 1997.

Espaço: Informativo Técnico Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos, nº20 (pp. 59-63), dezembro, 2003.

http://www.feneis.com.br/p_libras.htm

Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social e no Programa de Ação da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, ONU, 1995.

Declaração de Salamanca – 1994.

ECA (Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001)

Lei Federal nº 10.436/02

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº9393/96.

Plano Nacional de Educação - PNE/2000

Política nacional de educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – 2007.

UNESCO (1990) *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Necessidades Básicas de Aprendizagem*.